

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”) e na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 31. As atividades relacionadas a produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiteno”) e comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”) estão apresentadas como operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 4).

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 9 de novembro de 2022.

a. Princípios de consolidação e participações societárias

a.1 Princípios de consolidação

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma controlada em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

a.2. Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/09/2022		31/12/2021	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ⁽⁴⁾	Brasil	Extrafarma	-	-	-	100
Companhia Ultragaz S.A. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	99	-	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽²⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ⁽³⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
LPG International Inc. ⁽³⁾	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
UVC Investimentos Ltda	Brasil	Outros	100	-	-	99
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias	Brasil	Outros	100	-	100	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio ⁽⁵⁾	Brasil	Oxiten	-	-	100	-
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	-	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Uruguai S.A.	Uruguai	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	-	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp. ⁽⁶⁾	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	-	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	-	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Ultracargo Logística S.A. ⁽⁷⁾	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A. ⁽⁸⁾	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior	Brasil	Outros	100	-	100	-
Eaf Clube Automobilista S.A.	Brasil	Outros	100	-	100	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

- ⁽¹⁾ Em 1 de agosto de 2022 a controlada indireta Companhia Ultragaz S.A. (“Ultragaz”), passou a ser diretamente controlada pela Ultrapar.
- ⁽²⁾ Empresa não operacional em fase de extinção.
- ⁽³⁾ Em 1 de julho de 2022 as controladas indiretas Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) e LPG International Inc. (“LPG”) passaram a ser controladas pela Ultragaz.
- ⁽⁴⁾ Em 18 de maio de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma para a Pague Menos. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade reclassificou os saldos da controlada para “ativos e passivos mantidos para venda”, sendo fechada a transação em 01 de agosto de 2022 após o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 4.c.1.
- ⁽⁵⁾ Em 16 de agosto de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda de sua participação na Oxiten S.A. para Indorama. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reclassificou os saldos da controlada Oxiten e de suas controladas para “ativos e passivos mantidos para venda”. Em 01 de abril de 2022 a transação foi consumada.
- ⁽⁶⁾ Em 27 de janeiro de 2022 a controlada Global Petroleum Products Trading Corp (“GPPT”) foi dissolvida.
- ⁽⁷⁾ Em abril de 2021 a razão social da controlada Terminal Químico de Aratu S.A - Tequimar foi alterada para Ultracargo Logística S.A. (“Ultracargo Logística”).
- ⁽⁸⁾ Em 29 de abril de 2022 a razão social da controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A foi alterada para Ultracargo Vila do Conde Logística Portuária S.A.

b. Principais eventos ocorridos no período

b.1 Esclarecimentos sobre os impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022 houve uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. Desde então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia levou e pode levar a perturbações do mercado e uma volatilidade significativa nos preços das commodities, incluindo o petróleo bruto, o que pode afetar os preços dos combustíveis à base de petróleo e a demanda nos mercados em que atuamos. Além disso, os governos dos Estados Unidos e de outros países impuseram sanções econômicas à Rússia, incluindo políticos, entidades corporativas e bancárias. Essas sanções, ou mesmo a ameaça de novas sanções, podem fazer com que a Rússia tome contramedidas ou ações de retaliação que podem levar a mais perturbações do mercado e um aumento nos preços do petróleo bruto globalmente, o que pode impactar negativamente nossos negócios e operações.

Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira global poderia ter um impacto negativo em nosso custo de empréstimos e em nossa capacidade de obter empréstimos futuros. As interrupções nos mercados financeiros também poderiam levar a uma redução no crédito comercial disponível devido a preocupações de liquidez das contrapartes. Se experimentarmos uma diminuição na demanda por nossos produtos ou um aumento na inadimplência em nossas contas a receber, ou se não conseguirmos obter empréstimos, nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das operações poderão ser adversamente afetados.

b.2 Conclusão (“fechamento”) da venda da Oxiten S.A.

Em 16 de agosto de 2021 a Sociedade assinou o contrato para a venda da totalidade das ações da Oxiten S.A. – Indústria e Comércio (“Oxiten S.A.”) para a Indorama Ventures PLC (“Indorama”). Em 7 de março de 2022, o CADE aprovou a operação sem restrições. Em 1º de abril de 2022, todas as condições precedentes foram atendidas e a transação foi concluída. O pagamento inicial de US\$ 1.150 milhões (equivalente a R\$ 5.448 milhões)⁽¹⁾, ajustado pelas variações do capital de giro e posição da dívida líquida de US\$ 176 milhões (equivalente a R\$ 834 milhões)⁽¹⁾, resultou no pagamento inicial total de US\$ 1.326 (equivalente a R\$ 6.282 milhões)⁽¹⁾, realizado em 1 de abril de 2022. O pagamento final de US\$ 150 milhões, será feito em abril de 2024. Para mais informações vide nota explicativa nº 4.b. A Sociedade detinha 100% de participação na Oxiten S.A.

⁽¹⁾ Valor convertido em reais pela taxa de câmbio negociada na data de fechamento da transação (US\$ 1,00 para R\$ 4,7372).

b.3 Conclusão (“fechamento”) da venda da Extrafarma

Em 18 de maio de 2021 a Sociedade assinou o contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma detidas pela controlada IPP para a Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Pague Menos”). Em 22 de junho de 2022, o CADE aprovou a operação, mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”), prevendo o desinvestimento de 8 lojas da Extrafarma, o qual não implicou alteração no valor total da operação. Em 1 de agosto de 2022, a transação foi fechada, após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor total de R\$ 700 milhões foi ajustado pelas variações de capital de giro e posição da dívida líquida de R\$ 37,7 milhões, resultando no montante total de R\$ 737,7 milhões. Esse valor ainda está sujeito a ajustes finais de capital de giro e de dívida líquida. Da primeira parcela de R\$ 372,3 milhões, R\$ 365,4 milhões foram pagos pela Pague Menos em 01 de agosto de 2022 e R\$ 6,9 milhões foram pagos à vista pelos acionistas que exerceram direito de preferência. O pagamento das duas parcelas remanescentes de R\$ 182,7 milhões cada serão realizados em agosto de 2023 e agosto de 2024 pela Pague Menos. A Sociedade detinha 100% de participação na Extrafarma, através da controlada Ipiranga.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas (“informações trimestrais”), identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais são apresentadas em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Sociedade revisa seus julgamentos, estimativas e premissas continuamente, conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não foram observadas mudanças relevantes em tais julgamentos, estimativas e premissas em relação ao divulgado em 31 de dezembro de 2021.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
- (iii) custo atribuído ao ativo imobilizado.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das informações trimestrais estão apresentadas na nota 3. As informações trimestrais foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. Resumo das principais políticas contábeis

Estas informações trimestrais foram elaboradas utilizando informações da Ultrapar e de suas controladas na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes. Estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, estas informações trimestrais focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.a.

a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Sociedade estão descritas a seguir. A Sociedade e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

a.1 Políticas contábeis adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB vigentes em 1º de janeiro de 2022 não tiveram impacto significativo nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2022:

- Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual
- Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
- Alterações à IAS 37 - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020 - Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos
- Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de setembro de 2021 - Alterações à IFRS 16

a.2 Políticas contábeis não adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRSs emitidas pelo IASB não foram adotadas pois não estão vigentes no período findo em 30 de setembro de 2022, e a Sociedade não espera ter impactos significativos sobre as suas demonstrações financeiras e/ou informações trimestrais futuras:

- Reforma das Taxas de Juros Referenciais - Fase 2 - Alterações às normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16
- Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
- Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
- Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática - Divulgação de Políticas Contábeis
- Alterações à IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis
- Alterações à IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

Com o intuito de estar preparada para a transição das IBORs, a Sociedade está monitorando os pronunciamentos das autoridades, bem como as medidas que vem sendo adotadas, visando à adaptação dos instrumentos financeiros aos novos *benchmarks*. Em 30 de setembro de 2022, a Sociedade e suas controladas não possuem nenhuma operação vinculada à LIBOR. Desta forma, a Sociedade entende que atualmente não existem impactos relevantes da alteração da LIBOR em suas operações.

4. Ativos e passivos de controladas mantidas para venda e operações descontinuadas

Os desinvestimentos da Oxiten e da Extrafarma estão alinhados à revisão de portfólio da Ultrapar. Com negócios mais complementares e sinérgicos, a Ultrapar conclui a fase de racionalização do seu portfólio e irá concentrar seus esforços em desenvolver oportunidades de investimentos nas verticais de energia e infraestrutura, com foco crescente na transição energética, alavancada pelo seu portfólio e *expertise*. Neste contexto, a Sociedade anunciou as assinaturas dos contratos descritos abaixo e, classificou essas transações como ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade reconheceu impostos diferidos referentes à contabilização do *impairment* da Extrafarma e alocou em operações descontinuadas.

a. Venda de ações da Extrafarma

Em 1 de agosto de 2022 a transação foi fechada, incluindo o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais informações, vide nota 1.b.3.

A Sociedade apurou em 30 de setembro de 2022 o resultado decorrente da conclusão da operação, considerando a receita de venda, deduzida da baixa do investimento, mais custos de transação, conforme demonstrado abaixo:

	Valor
Valor total da operação (EV – <i>enterprise value</i>)	700.000
Caixa/ Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>(99.897)</u>
Preço de venda da operação	600.103
Ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida	134.279
Custo na baixa do investimento	(1.115.102)
Reversão do <i>impairment</i>	427.529
Provisão para indenização	(11.165)
Custos de transação	<u>(13.282)</u>
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação	22.362
Cessação da depreciação	<u>(27.084)</u>
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação	<u>(4.722)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	133.961
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(141.564)</u>
Resultado na venda de investimentos, líquido	<u>(12.325)</u>

b. Venda de ações da Oxiten S.A.

Em 16 de agosto de 2021, a Sociedade anunciou a assinatura de um contrato para a venda da totalidade das ações da Oxiten S.A. para a Indorama. Em 1º de abril de 2022 a Sociedade anunciou a conclusão da operação após aprovação do CADE, sem restrições. Para mais informações, vide nota 1.b.2.

A Sociedade apurou em 30 de setembro de 2022 o resultado decorrente da conclusão da operação, considerando a receita de venda, deduzida da baixa do investimento, mais custos de transação, conforme demonstrado abaixo:

	Valor
Valor total do contrato de compra e venda da Oxiten	6.994.191
Ajustes de capital de giro e dívida líquida	(13.146)
Recebimento do empréstimo intercompany com a Oxiten	(3.980.702)
Ajuste a valor presente na data do fechamento da transação referente à parcela diferida do pagamento	<u>(81.397)</u>
Receita com a venda de investimentos, líquido de ajuste a valor presente	2.918.946
Custo na baixa de investimento	(2.118.949)
Ajustes acumulados de conversão líquidos das perdas com <i>hedge</i> de fluxo de caixa reclassificados para o resultado	(277.045)
Custos de transação	(77.843)
Provisão para indenizações	<u>(136.103)</u>
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação	309.006
Cessação da depreciação	<u>(51.372)</u>
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação	257.634
Imposto de renda e contribuição social corrente	(245.478)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>46.247</u>
Resultado na venda de investimentos, líquido	<u>58.403</u>

Para mais informações, vide Nota 1.b.2.

c. Divulgação dos impactos do IFRS 5 (CPC 31) – Operações descontinuadas

Os quadros de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição dos resultados incorridos ao longo de 2022 e 2021, quando aplicável. As eliminações referem-se às transações entre companhias, substancialmente representadas por transações de compra e venda, efeitos no resultado de dívidas estrangeiras contemplando os instrumentos de proteção, entre outros.

c.1 Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	<u>Oxiten</u>	<u>Extrafarma</u>	<u>Eliminações (*)</u>	<u>Ultrapar</u>	<u>30/09/2022</u>
Receita líquida de vendas e serviços	2.039.287	1.235.487	(7.241)	-	3.267.533
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.580.000)	(912.310)	7.241	-	(2.485.069)
Lucro bruto	459.287	323.177	-	-	782.464
Com vendas, comerciais e administrativas	(201.365)	(438.601)	-	-	(639.966)
Outros resultados operacionais, líquidos	10.736	(5.951)	-	252.913	257.698
Lucro (prejuízo) operacional	268.658	(121.375)	-	252.913	400.196
Equivalência patrimonial	(231)	-	-	-	(231)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	268.427	(121.375)	-	252.913	399.965
Resultado financeiro líquido	23.153	(25.059)	54.431	-	52.525
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	291.580	(146.434)	54.431	252.913	452.490
Imposto de renda e contribuição social	(16.924)	20.826	(18.507)	(206.835)	(221.440)
Efeito líquido da cessação da depreciação (i)	51.372	27.084	-	-	78.456
Lucro (prejuízo) líquido do período	326.028	(98.524)	35.924	46.078	309.506

(*) Eliminação entre as operações continuadas e descontinuadas relacionadas ao empréstimo entre Ultrapar International e Oxiten.

⁽ⁱ⁾ A partir de 1º de janeiro de 2022 foi cessada a depreciação e amortização dos ativos que classificados como mantidos para venda, em atendimento ao que determina o item 25 do CPC 31/IFRS 5.

O impacto do recebimento referente à venda da Oxiten no montante total de R\$ 6,2 bilhões foi considerado na demonstração do fluxo de caixa como operação continuada, sendo composto pela venda do investimento de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões e pelo recebimento do empréstimo intercompany devido pela Oxiten S.A à Ultrapar International no valor aproximado de R\$3,9 bilhões.

	<u>Oxiten</u>	<u>Extrafarma</u>	<u>Eliminações</u>	<u>30/09/2022</u>
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(81.558)	(68.370)	180.478	30.550
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de investimentos	1.011.736	(25.323)	(1.206.603)	(220.190)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.245.754)	40.585	1.026.144	(179.025)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	(19.315)	-	-	(19.315)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	(334.891)	(53.108)	19	(387.980)

c.1.1 Na controladora, o resultado da venda da Oxiten e os resultados de equivalência patrimonial de Oxiten e Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, tiveram um impacto de R\$ 309.506, sendo classificados como resultado de operações descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas. O resultado de operações descontinuadas consolidado foi de R\$ 309.506 na demonstração do resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

c.2 Os resultados e os fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 que foram reapresentados estão demonstrados a seguir:

	30/09/2021 Divulgado A	Operações descontinuadas			Total B	30/09/2021 Reapresentado (A-B)
		Oxiten	Extrafarma	Eliminações		
Receita líquida de vendas e serviços	84.387.464	5.090.252	1.487.107	(18.394)	6.558.965	77.828.499
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(79.376.849)	(3.909.391)	(1.032.083)	18.394	(4.923.080)	(74.453.769)
Lucro bruto	5.010.615	1.180.861	455.024	-	1.635.885	3.374.730
Com vendas, comerciais e administrativas	(3.579.810)	(710.009)	(522.551)	-	(1.232.560)	(2.347.250)
Resultado na venda de bens	58.185	144	148	-	292	57.893
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	(394.675)	-	(394.675)	-	(394.675)	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	101.485	23.751	11	-	23.762	77.723
Lucro (prejuízo) operacional	1.195.800	494.747	(462.043)	-	32.704	1.163.096
Equivalência patrimonial	(22.023)	119	-	14	133	(22.156)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	1.173.777	494.866	(462.043)	14	32.837	1.140.940
Resultado financeiro líquido	(632.449)	(298.785)	(33.126)	246.364	(85.547)	(546.902)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	541.328	196.081	(495.169)	246.378	(52.710)	594.038
Imposto de renda e contribuição social	(47.884)	56.284	96.766	(83.764)	69.286	(117.170)
Resultado líquido das operações em continuidade	-	-	-	-	-	476.868
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	-	-	16.576	16.576
Lucro (prejuízo) líquido do período	493.444	252.365	(398.403)	162.614	16.576	493.444
Depreciação e amortização de intangíveis e de direito de uso do período (i)	1.014.539	222.146	115.041	-	337.187	677.352

(i) Saldos incluídos para composição completa de informações por segmento.

	30/09/2021 Divulgado A	Operações descontinuadas			Total B	30/09/2021 Reapresentado (A-B)
		Oxiten	Extrafarma	Eliminações		
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	1.882.443	941.316	(1.078)	(2.333)	937.905	944.538
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimentos	1.214.045	(102.821)	(26.423)	-	(129.244)	1.343.289
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(2.969.893)	(878.335)	(12.031)	375.543	(514.823)	(2.455.070)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	38.211	48.918	-	-	48.918	(10.707)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	164.806	9.078	(39.532)	373.210	342.756	(177.950)

c.2.1 Na controladora, os resultados de equivalência patrimonial de Oxiten e Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, foram reapresentados como operações descontinuadas no montante total de R\$ 16.576 na demonstração do resultado do período de 2021.

5 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Sociedade e suas controladas e está apresentada na nota explicativa nº 32.j.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.318.331 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 4.463.473 em 31 de dezembro de 2021) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	2.588	2.554	209.954	317.907
Em moeda estrangeira	-	-	4.901	16.640
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos privados de renda fixa	583.394	18.979	4.018.600	1.943.164
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	393.197	2.363
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>585.982</u>	<u>21.533</u>	<u>4.626.652</u>	<u>2.280.074</u>

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	319.881	142.065	1.049.779	1.607.608
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	103.239
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros financeiros derivativos (a)	-	-	641.900	472.552
Total de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	<u>319.881</u>	<u>142.065</u>	<u>1.691.679</u>	<u>2.183.399</u>
Circulante	319.881	142.065	1.264.043	1.804.122
Não circulante	-	-	427.636	379.277

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 32.i).

6 Contas a receber, financiamentos a clientes e demais contas a receber (Consolidado)**a. Contas a receber de clientes**

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Cientes nacionais	4.404.902	3.805.756
Cientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	-	57
Cientes estrangeiros	12.413	3.137
Cientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	2.785	4.400
	<u>4.420.100</u>	<u>3.813.350</u>
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(341.890)</u>	<u>(374.355)</u>
Total	<u>4.078.210</u>	<u>3.438.995</u>
Circulante	4.013.730	3.375.246
Não circulante	64.480	63.749

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2022	4.420.100	3.755.096	47.845	29.963	18.905	61.731	506.560
31/12/2021	3.813.350	3.131.528	90.024	33.255	24.804	23.903	509.836

A composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2022	341.890	19.915	1.936	2.062	2.269	12.680	303.028
31/12/2021	374.355	21.962	1.595	3.049	2.761	14.926	330.062

A movimentação da provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	374.355
Adições	121.307
Reversões	(106.768)
Baixas	(47.004)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>341.890</u>

Para mais informações sobre a provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 32.d.3.

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.208.594	1.183.312
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(180.252)</u>	<u>(185.278)</u>
	<u>1.028.342</u>	<u>998.034</u>
Circulante	543.516	582.562
Não circulante	484.826	415.472

A composição dos saldos de financiamentos a clientes brutos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2022	1.208.594	796.094	6.803	5.624	3.750	29.494	366.829
31/12/2021	1.183.312	770.008	19.260	24.290	14.373	26.685	328.696

A composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/09/2022	180.252	1.738	1.708	1.173	510	12.096	163.027
31/12/2021	185.278	1.514	6.410	8.697	6.255	9.892	152.510

A movimentação da provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	185.278
Adições	30.943
Reversões	(31.222)
Baixas	(4.747)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>180.252</u>

Para mais informações sobre a provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 32.d.3.

c. Contas a receber - venda de controladas (Consolidado)

A composição dos demais contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda da controlada Oxitenio:		
Contas a receber pela venda de investimentos (i)	810.990	-
(-) Ajuste a valor presente – venda de investimentos (ii)	(69.133)	-
Venda da controlada Extrafarma:		
Contas a receber pela venda de investimentos (iii)	<u>372.215</u>	<u>-</u>
	<u>1.114.072</u>	<u>-</u>
Circulante	186.108	-
Não circulante	927.964	-

(i) Refere-se a parcela final da venda da Oxitenio no montante de USD 150 milhões com vencimento em 2024. Em maio de 2022, a controladora Ultrapar realizou cessão onerosa, sem direito de regresso e coobrigação, do recebível da venda da Oxitenio para a Ultrapar International.

(ii) A contraprestação referente à venda da Oxitenio foi reconhecida ao valor presente utilizando a taxa de desconto de 6,1741%. O montante em 30 de setembro inclui a realização do valor presente e a variação cambial da data do fechamento da transação até 30 de setembro de 2022.

(iii) Refere-se ao pagamento da transação de venda da Extrafarma, que será realizada em 2 parcelas de R\$ 186.108, com vencimento em agosto de 2023 e agosto de 2024, atualizados monetariamente pela taxa CDI + 0,5% a.a.

7 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques, líquida de provisão para perdas, é demonstrada conforme a seguir:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Combustíveis, lubrificantes e graxas	3.467.151	3.038.061
Matérias-primas	301.721	293.242
Gás liquefeito de petróleo - GLP	148.814	146.070
Materiais de consumo e outros itens para revenda	175.138	115.275
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	220.858	301.992
Imóveis para revenda	<u>20.006</u>	<u>24.132</u>
	<u>4.333.688</u>	<u>3.918.772</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.078
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(404)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	<u>3.981</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>16.655</u>

8 Tributos a recuperar (Consolidado)

a. Impostos a recuperar

Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS (a.1)	1.187.751	893.206
PIS e COFINS (a.2)	1.344.733	1.177.513
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	-	179
Outros	<u>66.946</u>	<u>37.127</u>
Total	<u>2.599.430</u>	<u>2.108.025</u>
Circulante	1.132.448	1.061.227
Não circulante	1.466.982	1.046.798

a.1 O ICMS a recuperar líquido da provisão para perdas está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) As controladas IPP, Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), Cia. Ultragaz, AMPM e Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”) possuem créditos no montante de R\$ 1.187.751 (R\$ 893.206 em 31 de dezembro de 2021) constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), no caso das controladas IPP, Bahiana e Cia. Ultragaz e c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva praticada pela controlada IPP.

Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas próprias operações sujeitas à tributação, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A Administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo de até 5 anos.

a.2 O PIS e COFINS a recuperar está substancialmente relacionado a:

- (i) O saldo de PIS e COFINS inclui créditos apropriados nos termos das Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003, bem como montantes oriundos de decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 27.

O saldo credor de PIS e COFINS é realizado por meio da quitação de débitos próprios em meses subsequentes ou com outros débitos administrados pela Receita Federal e previdência social quando permitido pela legislação. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Trata-se de IRPJ e CSLL a serem recuperados pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, bem como referentes a processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito, sendo que a Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	381.813	447.191
Circulante	226.229	291.833
Não circulante	155.584	155.358

9 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

30/09/2022					
	Ativo		Passivo		Resultado Financeiro
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	46.162	-	556.487 ⁽²⁾	29.495 ⁽¹⁾
Cia Ultragaz S.A.	510.277 ⁽³⁾	7.992	-	-	13.260 ⁽³⁾
Ultracargo Logística S.A.	-	1.908	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	404	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	45	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	83	-	-	-
Iconic Lubrificantes S.A.	-	2	-	-	-
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	-	2.875	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	-	-	194	-
Outros	-	177	-	-	-
Total	510.277	56.773	2.875	556.681	42.755

	31/12/2021				30/09/2021
	Ativo		Passivo		
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	Resultado Financeiro
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	406.787 ⁽¹⁾	71.585	-	1.085	13.470 ⁽¹⁾
Cia Ultragaz S.A.	-	11.060	-	6.798	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	7.025	4.674	404	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	3.787	-	2	-
Ultracargo Logística S.A.	-	2.798	-	-	-
Eaf Clube Automobilista S.A.	-	200	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	21	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	146	-	-	-
Iconic Lubrificantes S.A.	-	11	-	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	293	-	322	-
Outros	-	-	-	1	-
Total	<u>406.787</u>	<u>96.926</u>	<u>4.674</u>	<u>8.612</u>	<u>13.470</u>

⁽¹⁾ Em março de 2021 a controlada IPP efetuou a sua nona emissão privada de debêntures, em série única de 400.000 debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 31 de março de 2024 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar. O montante foi recebido em 28 de julho de 2022.

⁽²⁾ Composto substancialmente pela parcela final a pagar para a Ipiranga no montante de R\$ 556.455 referente ao contrato de compra e venda da aquisição da Ultragaz. A referida transação de compra e venda foi realizada entre empresas sob controle comum, onde a controladora passa a ter o controle direto da Ultragaz, por esse motivo não foi aplicada a norma IFRS 3 – Combinação de Negócios. O montante foi liquidado em 31 de outubro de 2022.

⁽³⁾ Em julho de 2022 a controlada Cia Ultragaz efetuou a sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 500.000 debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 28 de julho de 2027 e remuneração semestral vinculada ao DI, tendo sua totalidade sido subscrita pela Ultrapar.

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	30/09/2022					
	Mútuos ⁽¹⁾		Operações comerciais		Transações comerciais	
	Ativo	Passivo	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e serviços prestados	Compras
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	2.549	-	197.743
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	-	-	-	-	588	-
Latitude Logística Portuária S.A.	-	-	-	343	-	-
Nordeste Logística I S.A.	-	-	-	23	-	-
Nordeste Logística III S.A.	-	-	-	17	-	-
Chevron (Thailand) Limited ⁽²⁾	-	-	-	10	-	799
Chevron Latin America Marketing LLC ⁽²⁾	-	-	34	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A. ⁽²⁾	-	-	-	51	475	-
Chevron Marine Products ⁽²⁾	-	-	2.443	-	10.670	-
Chevron Oronite Brasil Ltda. ⁽²⁾	-	-	-	50.189	-	114.529
Chevron Products Company ⁽²⁾	-	-	-	184.045	-	501.960
Chevron Belgium NV ⁽²⁾	-	-	-	1.751	-	9.913
Chevron Petroleum CO Colombia ⁽²⁾	-	-	220	-	220	-
Chevron Brasil Oleos Basicos Ltda. ⁽²⁾	-	-	-	6	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC ⁽²⁾	-	-	88	-	88	-
Outros ⁽¹⁾	-	617	-	-	-	-
Total	-	3.492	2.785	238.984	12.041	824.944

⁽¹⁾ Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.

⁽²⁾ Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Iconic.

	31/12/2021				30/09/2021	
	Mútuos ⁽¹⁾		Operações comerciais		Transações comerciais	
	Ativo	Passivo	Contas a receber	Fornecedores	Vendas e serviços prestados	Compras
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875	-	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	90.761	-	513.382
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	-	-	1.469	112
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	-	-	57	-	52	-
Chevron (Thailand) Limited ⁽²⁾	-	-	204	-	462	1.072
Chevron Lubricants Lanka PLC ⁽²⁾	-	-	-	-	164	-
Chevron Lubricants Oils S.A. ⁽²⁾	-	-	319	-	415	-
Chevron Marine Products ⁽²⁾	-	-	3.663	-	9.581	-
Chevron Oronite Brasil Ltda. ⁽²⁾	-	-	-	53.378	302	113.081
Chevron Products Company ⁽²⁾	-	-	-	158.557	-	550.367
Chevron Belgium NV ⁽²⁾	-	-	-	821	-	6.353
Chevron Petroleum CO Colombia ⁽²⁾	-	-	214	-	392	-
Outros ⁽¹⁾	490	659	-	-	-	-
Total	490	3.534	4.457	303.517	12.837	1.184.367

⁽¹⁾ Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.

⁽²⁾ Acionistas minoritários e outras partes relacionadas da Iconic.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições negociadas entre as partes, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar. As operações da ConectCar referem-se a serviços prestados. Na avaliação da Administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 17.

b. Pessoal-chave da Administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da Administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, incluindo salário e benefícios como plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada (i) ao desempenho dos negócios, por meio de métricas de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Sobre benefícios pós-emprego vide nota explicativa nº 21.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Remuneração de curto prazo	45.208	33.201
Remuneração em ações	12.670	10.839
Benefício pós-emprego	<u>2.622</u>	<u>2.002</u>
Total	<u>60.500</u>	<u>46.042</u>

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota desde 2003 um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Os membros do Conselho de Administração da Ultrapar não são elegíveis ao plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	<u>66.664</u>	2023	32,72	<u>9.025</u>	<u>(8.846)</u>	<u>179</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>66.664</u>			<u>9.025</u>	<u>(8.846)</u>	<u>179</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a amortização de R\$ 406 (reversão de R\$ 1.689 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 - reapresentado) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	133.332
Ações transferidas aos administradores	<u>(66.668)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u><u>66.664</u></u>

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas	Prazo para transferência da sua propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas exercíveis, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas exercíveis	Custos não reconhecidos das outorgas exercíveis
Restritas	8 de novembro de 2017	2.860	2022	38,19	185	(182)	3
Restritas	4 de abril de 2018	6.658	2023	34,35	427	(385)	42
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	19,58	2.161	(1.440)	721
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.528	(1.686)	842
Restritas	3 de abril de 2019	79.864	2023 e 2024	23,25	3.489	(2.755)	734
Performance	3 de abril de 2019	39.932	2024	23,25	1.716	(1.198)	518
Restritas	2 de setembro de 2019	320.000	2025	16,42	8.581	(4.410)	4.171
Restritas	1 de abril de 2020	193.827	2023 a 2025	12,53	4.584	(3.012)	1.572
Performance	1 de abril de 2020	277.225	2023 a 2025	12,53	5.786	(3.715)	2.071
Restritas	16 de setembro de 2020	300.000	2026	23,03	11.793	(4.095)	7.698
Restritas	7 de abril de 2021	440.623	2024	21,00	17.302	(8.292)	9.010
Performance	7 de abril de 2021	467.724	2024	21,00	18.375	(9.366)	9.009
Restritas	22 de setembro de 2021	1.000.000	2027	14,17	22.520	(4.066)	18.454
Restritas	6 de abril de 2022	797.872	2025	14,16	21.119	(3.520)	17.599
Performance	6 de abril de 2022	800.039	2025	14,16	21.177	(3.578)	17.599
Restritas	21 de setembro de 2022	<u>2.640.000</u>	2032	12,98	<u>64.048</u>	<u>(534)</u>	<u>63.514</u>
		<u>7.526.624</u>			<u>205.791</u>	<u>(52.234)</u>	<u>153.557</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 26.361 em relação ao Plano (R\$ 16.145 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 - reapresentado).

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.415.294
Ações concedidas durante o exercício	4.191.698
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício	(836.030)
Ações transferidas (vesting)	(480.682)
Reclassificação de ativos mantidos para venda	<u>236.344</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>7.526.624</u>

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perdas com ativos	-	-	42.411	57.924
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	52.558	-	226.298	188.236
Provisão para benefícios pós-emprego	843	760	75.120	73.335
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	-	182.909	24.754
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	3.608	4.825
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	17.698	18.699
Provisão para retirada de tanques	-	-	16.386	16.991
Provisão para fornecedores	7.278	6.354	149.250	39.364
Provisão para participação nos lucros e bônus	10.922	9.541	55.670	44.876
Operações de arrendamento mercantil	306	1.264	54.638	41.463
Variação do valor justo do bônus de subscrição	8.381	10.957	8.381	10.957
Provisão sobre receita diferida	-	-	8.402	15.643
Demais provisões	8.591	85	20.757	2.769
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (10.d)	51.514	43.441	286.121	148.345
Total	140.393	72.402	1.147.649	688.181
Compensações de saldos passivos	-	-	(126.297)	(116.426)
Saldos líquidos apresentados no ativo	140.393	72.402	1.021.352	571.755
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	392	408
Operações de arrendamento mercantil	-	-	125	138
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	-	17.405	19.664
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	27.691	28.676
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	61.956	66.079
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	1	-
Demais provisões	-	-	20.672	1.743
Total	-	-	128.242	116.708
Compensações de saldos ativos	-	-	(126.297)	(116.426)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	1.945	282

⁽ⁱ⁾ Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (*hedges*).

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.402	571.473
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	21.744	416.398
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício das operações descontinuadas	46.247	31.622
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	(86)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>140.393</u>	<u>1.019.407</u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
	Reapresentado		Reapresentado	
Lucro antes da tributação	495.841	459.072	691.968	594.038
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(168.586)</u>	<u>(156.084)</u>	<u>(235.269)</u>	<u>(201.973)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(3.982)	(14.965)	(10.135)	(40.152)
Receitas não tributáveis (ii)	5.345	-	20.621	(96.419)
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	8.538	199.221
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (iv)	-	-	(2.387)	(5.198)
Resultado de equivalência patrimonial	152.209	165.687	3.428	(7.533)
Juros sobre capital próprio	153.000	-	153.003	26.046
Demais ajustes	<u>34.887</u>	<u>-</u>	<u>12.253</u>	<u>(23.240)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>172.873</u>	<u>(5.362)</u>	<u>(49.948)</u>	<u>(149.248)</u>
Incentivos fiscais – SUDENE (10.c)	-	-	52.160	32.078
Imposto de renda e contribuição social	<u>172.873</u>	<u>(5.362)</u>	<u>2.212</u>	<u>(117.170)</u>
Correntes	151.129	-	(414.186)	(281.585)
Diferidos	21.744	(5.362)	416.398	164.415
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	(34,9)	1,2	(0,3)	19,7

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões, bem como recuperação de créditos tributários e valores relativos a não tributação do IRPJ/CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito de ações judiciais tributárias.

- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;

(iv) Vide nota explicativa nº 10.d.

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes controladas gozam do benefício de redução do IRPJ por pertencerem aos setores da economia considerados prioritários para as áreas subvencionadas, nos termos do programa de desenvolvimento da região operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), em observância à legislação em vigor:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju	75	2027
	Base de Suape	75	2027
Ultracargo Logística S.A.	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Suape	75	2030
	Terminal de Itaqui	75	2030

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 30 de setembro de 2022, a Sociedade e algumas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL, cujas compensações anuais são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição.

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	30/09/2022	31/12/2021
Oil Trading	101.501	53.839
Ultrapar (i)	51.513	43.441
Abastece aí	61.983	41.065
Ipiranga	49.509	-
Ultracargo Vila do Conde	19.073	9.861
Outros	2.542	139
	<u>286.121</u>	<u>148.345</u>

(i) Inclui o valor de tributos diferidos constituídos sobre o prejuízo fiscal da controlada Ultrapar International, em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 29.700 (R\$ 8.510 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	30/09/2022	31/12/2021
Integra Frotas	12.482	11.769
Millennium	4.849	3.174
	<u>17.331</u>	<u>14.943</u>

11 Despesas antecipadas (Consolidado)

	30/09/2022	31/12/2021
Aluguéis	42.844	54.327
Propaganda e publicidade	42.622	28.410
Prêmios de seguros	48.538	26.917
Manutenção de software	23.846	19.863
Benefícios a funcionários	7.646	8.362
IPVA e IPTU	2.989	1.553
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 21.a)	18.645	19.831
Demais despesas antecipadas	<u>16.438</u>	<u>10.129</u>
	<u>203.568</u>	<u>169.392</u>
Circulante	123.752	98.024
Não circulante	79.816	71.368

12 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutores da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato, sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. Os contratos possuem prazo médio de 5 anos, tendo sua amortização de acordo com os termos contratuais.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.079.226
Adições	551.058
Amortizações	(333.281)
Transferências	<u>(5.840)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>2.291.163</u>
Circulante	599.573
Não circulante	1.691.590

13 Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Abaixo estão demonstradas as posições do patrimônio líquido e resultado do período por empresa:

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Controladora			
				Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
				Reapresentado			
Controladas							
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	1.582.367	165.536	100	1.582.367	1.474.889	165.536	130.151
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ⁽ⁱ⁾	7.959.298	291.167	100	7.959.286	6.662.244	291.169	552.137
Ultrapar International S.A.	(90.377)	(112.103)	100	(90.377)	(14.199)	(112.103)	(147.918)
UVC	45.888	(472)	100	45.888	36.491	(472)	(3.213)
Centro de Conveniências Millennium Ltda. ⁽ⁱⁱ⁾	13.727	(4.960)	100	13.727	9.328	(4.960)	(2.278)
Eaí Clube Automobilista S.A.	93.839	(41.560)	100	93.839	78.896	(41.560)	(38.050)
Companhia Ultragaz S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.958.749	128.784	99	1.951.864	-	128.331	-
UVC Investimentos Ltda	(34)	(105)	100	(34)	-	(105)	-
Empreendimentos controlados em conjunto	-	-	-	-	-	-	-
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. ^(iv)	7.055	-	50	3.527	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	122.141	64.099	33	40.572	16.622	21.299	(4.054)
Menos valia de ativos, de empreendimentos controlados em conjunto	-	-	-	-	-	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	(34.741)	1.623	33	(11.535)	(12.074)	539	539
Total do investimento na controladora				11.679.535	8.266.396	447.674	487.314
Total da provisão para passivo a descoberto da controladora				(90.411)	(14.199)		
Total				11.589.124	8.252.197		

Os percentuais acima estão arredondados.

- (i) Saldos estão apresentados líquidos dos efeitos das operações descontinuadas. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4.
- (ii) Saldos estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas informações de 31 de maio de 2022.
- (iii) Em 1º de agosto de 2022 a Sociedade fez a aquisição da participação de 99% da Cia. Ultragaz. Até 31 de julho de 2022, a Ultragaz era controlada da IPP. Para mais informações, vide nota explicativa 1.a.2.
- (iv) A Sociedade fez a aquisição da participação de 50% da Química da Bahia em 1º de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022 a Química da Bahia era coligada da Oxiten S.A.

Consolidado							
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
				Consolidado	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
Empreendimentos controlados em conjunto							Reapresentado
União Vopak – Armazéns Gerais Ltda ⁽¹⁾	13.932	(2.738)	50	6.966	8.336	(1.369)	683
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ⁽²⁾	122.141	64.099	33	40.572	16.622	21.299	(4.054)
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	(18.081)
Latitude Logística Portuária S.A. ⁽⁴⁾	14.075	(2.282)	50	7.038	9.978	(2.939)	(900)
Navegantes Logística Portuária S.A. ⁽⁴⁾	74.918	(14.599)	33	24.973	22.289	(9.315)	(2.283)
Nordeste Logística I S.A. ⁽⁴⁾	16.014	6.289	33	5.338	2.416	1.588	821
Nordeste Logística II S.A. ⁽⁴⁾	59.525	(3.950)	33	19.842	13.256	(1.581)	(674)
Nordeste Logística III S.A. ⁽⁴⁾	49.289	(428)	33	16.430	10.566	(638)	234
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. ⁽ⁱ⁾	7.055	-	50	3.527	3.528	-	-
Coligadas							
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. ⁽⁵⁾	21.181	9.551	25	5.295	3.204	2.476	1.533
Metalúrgica Plus S.A. ⁽⁶⁾	(375)	(217)	33	(135)	(53)	(72)	(68)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. ⁽⁶⁾	1.774	284	33	591	497	95	108
Outros investimentos	-	-	-	28	28	-	(14)
Menos valia de ativos, de empreendimentos controlados em conjunto							
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ⁽²⁾	(34.741)	1.623	33	(11.535)	(12.074)	539	539
Total do investimento no consolidado				119.065	78.593	10.083	(22.156)
Total da provisão para passivo a descoberto da controladora				(135)	-		
Total				118.930	78.593		

Os percentuais acima estão arredondados.

- (i) A Sociedade adquiriu a participação de 50% da Química da Bahia em 1º de fevereiro de 2022. Até 31 de janeiro de 2022, a Química da Bahia era coligada da Oxiteno S.A.

- ⁽¹⁾ A controlada Ultracargo Logística participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.
- ⁽²⁾ A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.
- ⁽³⁾ A controlada IPP participava da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Em 25 de junho de 2021 foi anunciada a venda da ConectCar, concluída em 01 de outubro de 2021 para a Porto Seguro S.A., por meio de sua subsidiária Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O valor da venda da participação de 50% da controlada IPP foi de R\$ 165 milhões, e, após os ajustes decorrentes de variações de capital de giro e da posição da dívida líquida, totalizou R\$ 158 milhões.
- ⁽⁴⁾ A controlada IPP participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”); para o porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”); em Cabedelo (PB), possui participação na Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), na Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e na Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”).
- ⁽⁵⁾ A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (“TSB”), que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.
- ⁽⁶⁾ A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. (“Metalplus”), que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP e participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (“Plenogás”), que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente as coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas.

A composição e movimentação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstradas abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Sociedades controladas	Empreendimentos controlados em conjunto	Total	Empreendimentos controlados em conjunto	Sociedades coligadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (ii)	8.247.649	4.548	8.252.197	71.389	7.204	78.593
Equivalência patrimonial	425.836	21.838	447.674	7.584	2.499	10.083
Dividendos	(60.000)	-	(60.000)	-	(396)	(396)
Instrumento patrimonial outorgado	10.928	-	10.928	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(59)	2.650	2.591	2.650	-	2.650
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	325.928	-	325.928	28.000	-	28.000
Transações com sócios - alterações de participação	951	3.528	4.479	3.528	(3.528)	-
Aquisição Cia Ultragaz	1.823.105	-	1.823.105	-	-	-
Aquisição UVC Investimentos	(129)	-	(129)	-	-	-
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-
Movimentações com operações descontinuadas	782.351	-	782.351	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2022 (ii)	<u>11.556.560</u>	<u>32.564</u>	<u>11.589.124</u>	<u>113.151</u>	<u>5.779</u>	<u>118.930</u>

	Controladora			Consolidado		
	Sociedades controladas	Empreendimentos controlados em conjunto	Total	Empreendimentos controlados em conjunto	Sociedades coligadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (ii)	10.496.479	(2.096)	10.494.383	137.004	25.616	162.620
Equivalência patrimonial das operações em continuidade	828.150	822	828.972	(18.068)	434	(17.634)
Equivalência patrimonial das operações descontinuadas	65.264	-	65.264	-	48	48
Dividendos	(692.976)	-	(692.976)	-	(998)	(998)
Instrumento patrimonial outorgado	3.631	-	3.631	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	7.352	99	7.451	99	-	99
Ajustes de conversão de controladas no exterior	73.049	-	73.049	-	-	-
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	29.273	5.723	34.996	5.723	-	5.723
Aumento de capital em dinheiro	119.156	-	119.156	30.697	-	30.697
Redução de capital	-	-	-	(5.001)	(1.500)	(6.501)
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	-	(966)	-	(966)
Baixa de investimento	-	-	-	(78.099)	-	(78.099)
Reclassificação para ativos mantidos para venda (i)	(2.681.729)	-	(2.681.729)	-	(16.396)	(16.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (ii)	<u>8.247.649</u>	<u>4.548</u>	<u>8.252.197</u>	<u>71.389</u>	<u>7.204</u>	<u>78.593</u>

(i) Para mais detalhes, vide nota explicativa 4.c.1

(ii) Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas líquido de provisão para passivo a descoberto.

14 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)

A Sociedade e algumas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centros de distribuição; (ii) Ultragaz: pontos de venda e bases de engarrafamento; (iii) Ultracargo: áreas portuárias e (iv) Sociedade: escritórios. A Sociedade e algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

• Consolidado

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências (i)	Amortizações	Saldo em 30/09/2022
Custo:							
Imóveis	10	1.793.473	292.209	(114.307)	-	-	1.971.375
Áreas portuárias	29	299.630	11.544	(324)	-	-	310.850
Veículos	4	146.173	107.190	(46.162)	-	-	207.201
Equipamentos	5	16.740	8.930	(353)	-	-	25.317
Outros	20	27.846	-	-	-	-	27.846
		<u>2.283.862</u>	<u>419.873</u>	<u>(161.146)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.542.589</u>
Amortização acumulada:							
Imóveis		(489.470)	-	68.623	(2.272)	(159.330)	(582.449)
Áreas portuárias		(23.526)	-	-	-	(9.388)	(32.914)
Veículos		(98.867)	-	38.441	-	(38.344)	(98.770)
Equipamentos		(1.834)	-	399	-	(1.063)	(2.498)
Outros		(18.870)	-	-	-	(2.372)	(21.242)
		<u>(632.567)</u>	<u>-</u>	<u>107.463</u>	<u>(2.272)</u>	<u>(210.497)</u>	<u>(737.873)</u>
Valor líquido		<u>1.651.295</u>	<u>419.873</u>	<u>(53.683)</u>	<u>(2.272)</u>	<u>(210.497)</u>	<u>1.804.716</u>

(i) Refere-se a R\$ 1.696 transferidos para o imobilizado e R\$ 578 transferidos para o intangível.

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.348.311
Apropriação de juros	92.269
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(272.896)
Adições e remensurações	420.812
Baixas de contratos	(59.477)
Variação cambial e monetária	(74)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>1.528.945</u>
Circulante	218.395
Não circulante	1.310.550

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente estão apresentados abaixo:

	30/09/2022
Até 1 ano	305.516
De 1 a 2 anos	280.992
De 2 a 3 anos	243.781
De 3 a 4 anos	198.089
De 4 a 5 anos	173.536
Mais de 5 anos	1.124.346
Total	2.326.260

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

b.1. Taxas de desconto

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 a 5 anos	6,39
6 a 10 anos	7,91
11 a 15 anos	9,73
mais de 15 anos	9,41

c. Efeitos de inflação - divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019

Os efeitos da inflação em 30 de setembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	
Base nominal	1.804.716
Base inflacionada	2.128.494
	17,9%
Passivo de arrendamento	
Base nominal	1.528.945
Base inflacionada	1.852.831
	21,2%
Despesa financeira	
Base nominal	92.269
Base inflacionada	118.396
	28,3%
Despesa de amortização	
Base nominal	210.497
Base inflacionada	244.214
	16,0%

15 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Custo:							
Terrenos		610.294	-	-	23.539	(9.939)	623.894
Edificações	32	1.486.721	15.940	-	37.928	(21.638)	1.518.951
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	1.056.179	32.309	-	71.364	(6.295)	1.153.557
Máquinas e equipamentos	12	3.024.577	71.764	-	45.437	(5.311)	3.136.467
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros e lubrificantes	13	3.245.586	77.999	-	3.853	(88.984)	3.238.454
Tanques e vasilhames para GLP	9	840.931	69.358	-	-	(11.047)	899.242
Veículos	8	288.239	17.861	-	2.258	(1.237)	307.121
Móveis e utensílios	7	168.092	23.846	-	4.477	(2.016)	194.399
Equipamentos de informática	5	330.375	16.064	-	1.341	(17.737)	330.043
Obras em andamento		452.248	356.776	-	(160.643)	(33)	648.348
Adiantamentos a fornecedores		14.281	28.632	-	(27.677)	-	15.236
Importações em andamento		181	-	-	(181)	-	-
		<u>11.517.704</u>	<u>710.549</u>	<u>-</u>	<u>1.696</u>	<u>(164.237)</u>	<u>12.065.712</u>

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Depreciação acumulada:						
Edificações	(585.846)	-	(31.594)	-	12.858	(604.582)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(573.553)	-	(41.991)	607	5.232	(609.705)
Máquinas e equipamentos	(1.758.401)	-	(130.734)	-	5.050	(1.884.085)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(2.050.533)	-	(134.388)	-	75.339	(2.109.582)
Tanques e vasilhames para GLP	(498.310)	-	(51.621)	-	7.934	(541.997)
Veículos	(133.149)	-	(17.533)	-	636	(150.046)
Móveis e utensílios	(112.288)	-	(8.449)	(606)	1.966	(119.377)
Equipamentos de informática	(269.534)	-	(17.692)	(3)	17.569	(269.660)
	<u>(5.981.614)</u>	<u>-</u>	<u>(434.002)</u>	<u>(2)</u>	<u>126.584</u>	<u>(6.289.034)</u>
Provisão para perdas com valor recuperável:						
Terrenos	(146)	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(18)	-	-	-	-	(18)
Máquinas e equipamentos	(1.289)	-	-	-	-	(1.289)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(46)	-	-	-	18	(28)
	<u>(1.499)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>(1.481)</u>
Valor líquido	<u>5.534.591</u>	<u>710.549</u>	<u>(434.002)</u>	<u>1.694</u>	<u>(37.635)</u>	<u>5.775.197</u>

(i) Refere-se a R\$ 1.694 transferidos do ativo de direito de uso.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos terminais, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão dos terminais e bases e aquisição de imóveis operacionais.

16 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/09/2022
Custo:								
Ágio (a)		818.096	-	-	-	-	-	818.096
Software	5	1.146.980	161.978	-	576	(3.817)	-	1.305.717
Fundo de comércio	16	114.593	-	-	-	-	-	114.593
Marcas		69.198	-	-	-	-	(2.156)	67.042
Direito de uso de marcas	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros	10	421	-	-	-	-	-	421
Créditos de descarbonização (CBIO)		-	542.453	-	-	(182.649)	-	359.804
		<u>2.264.080</u>	<u>704.431</u>	<u>-</u>	<u>576</u>	<u>(186.466)</u>	<u>(2.156)</u>	<u>2.780.465</u>
Amortização acumulada:								
Software		(679.402)	-	(113.395)	2	3.685	-	(789.110)
Fundo de comércio		(101.027)	-	(761)	-	-	-	(101.788)
Direito de uso de marcas		(11.993)	-	(2.203)	-	-	-	(14.196)
Outros		(402)	-	-	-	-	-	(402)
		<u>(792.824)</u>	<u>-</u>	<u>(116.359)</u>	<u>2</u>	<u>3.685</u>	<u>-</u>	<u>(905.496)</u>
Valor líquido		<u>1.471.256</u>	<u>704.431</u>	<u>(116.359)</u>	<u>578</u>	<u>(182.781)</u>	<u>(2.156)</u>	<u>1.874.969</u>

(i) Refere-se a R\$ 578 transferidos do ativo de direito de uso.

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	30/09/2022	31/12/2021
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	-	661.553
Extrafarma - <i>impairment</i> ⁽ⁱ⁾	Extrafarma	-	(661.553)
Extrafarma - líquido	Extrafarma	-	-
Ipiranga ⁽ⁱⁱ⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
		<u>818.096</u>	<u>818.096</u>

⁽ⁱ⁾ Para mais informações, vide nota explicativa nº 4.a.

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui R\$ 246.163 apresentado como ágio na controladora Ultrapar.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a Sociedade não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação do valor recuperável (*impairment*) do intangível.

17 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção

a. Composição

- *Controladora:*

Descrição	30/09/2022	31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/09/2022	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão	1.741.351	1.764.199	DI	105,3%	2023
Total	1.741.351	1.764.199			
Circulante	1.741.351	39.333			
Não circulante	-	1.724.866			

• **Consolidado:**

	30/09/2022	31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/09/2022	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (d)	4.330.311	7.821.441	US\$	5,3% a.a	2026 a 2029
Financiamento externo	668.728	735.438	US\$	4% a.a	2023
Financiamento externo	-	275.936	US\$ + LIBOR (1)	-	-
Financiamento externo	51.363	-	EU\$	2,9% a.a.	2023
Total moeda estrangeira	<u>5.050.402</u>	<u>8.832.815</u>			
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA	1.449.345	2.063.788	DI	96,2%	2022 a 2023
Debêntures – 6ª emissão	1.741.351	1.764.199	DI	105,3%	2023
Debêntures – CRA	3.022.737	1.940.237	R\$ + IPCA	5,1% a.a	2024 a 2032
Debêntures – Ipiranga	-	771.538	DI	-	-
Debêntures – Ultracargo Logística e Tequimar Vila do Conde	476.773	466.061	R\$ + IPCA	4,1% a.a	2028
Banco do Brasil pós-fixado	-	204.813	DI	-	2022
Debêntures – Ultracargo Logística	83.458	80.946	R\$	6,5% a.a	2024
Cédula de Crédito Bancário	-	51.179	R\$ + DI	-	-
Instituições financeiras	-	4.564	R\$	-	2022
FINEP	60	326	R\$ + TJLP (2)	-1,5% a.a	2022 a 2023
Total moeda nacional	<u>6.773.724</u>	<u>7.347.651</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>11.824.126</u>	<u>16.180.466</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros financeiros derivativos (*)	<u>411.670</u>	<u>197.177</u>			
Total	<u>12.235.796</u>	<u>16.377.643</u>			
Circulante	3.462.996	2.866.051			
Não circulante	8.772.800	13.511.592			

(*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 32.i).

1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

2) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de setembro de 2022, a TJLP estava fixada em 7,01% a.a.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.764.199	16.377.643
Captações com efeito caixa	-	1.019.580
Apropriação de juros	159.704	743.733
Pagamento de principal (d)	-	(4.966.715)
Pagamento de juros	(182.552)	(660.300)
Variação monetária e cambial	-	(455.845)
Variação de valor justo	-	(36.793)
Resultado de <i>hedges</i>	-	214.493
Saldo em 30 de setembro de 2022	1.741.351	12.235.796

(i) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.1.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
De 1 a 2 anos	-	1.724.866	1.095.965	3.092.734
De 2 a 3 anos	-	-	347.072	774.904
De 3 a 4 anos	-	-	275.608	270.401
De 4 a 5 anos	-	-	2.344.261	3.056.499
Mais de 5 anos	-	-	4.709.894	6.317.054
	-	1.724.866	8.772.800	13.511.592

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

Para algumas dívidas a Administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 32.h).

b. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor dos financiamentos contratados e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2021	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2022
Debêntures	0,25	54.490	30.420	(12.756)	72.154
Notas no mercado externo	0,05	28.018	-	(14.693)	13.325
Banco do Brasil	0,05	76	-	(76)	-
Total		82.584	30.420	(27.525)	85.479

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures	14.982	11.442	9.508	9.310	9.300	17.612	72.154
Notas no mercado externo	2.340	2.349	2.345	2.347	1.477	2.467	13.325
Total	17.322	13.791	11.853	11.657	10.777	20.079	85.479

c. Garantias

Os financiamentos não possuem garantias reais em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e possuem avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 10.082.775 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 14.151.506 em 31 de dezembro de 2021).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 117.783 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 118.231 em 31 de dezembro de 2021).

A controlada IPP emite garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”), conforme abaixo:

	IPP	
	30/09/2022	31/12/2021
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	848.932	690.347
Vencimento de até	49 meses	49 meses
Valor justo das garantias outorgadas	9.844	9.923

Caso a controlada IPP venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 30 de setembro de 2022 a controlada IPP não teve perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “Demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

d. Pagamento de principal

d.1. Resultado das ofertas de recompra de Bonds

Em 07 de abril de 2022 a subsidiária Ultrapar International iniciou ofertas de recompra de títulos de dívida (notes) no exterior (“Ofertas de Recompra”) de até US\$ 550.003.000,00 (“Valor Agregado Inicial de Recompra”), envolvendo (i) até a totalidade das 5,250% Senior Notes com vencimento em 2026 (“Notes 2026”); e (ii) até o limite de recompra das Notes 2029, das 5,250% Senior Notes com vencimento em 2029 (“Notes 2029”), ambas emitidas pela Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) e em circulação no mercado internacional.

As Ofertas de Recompra juntas estavam limitadas ao Valor Agregado Inicial de Recompra, sendo que a Ultrapar International tinha a opção de aumentar o Valor Agregado Inicial de Recompra para até US\$ 600.000.000,00 em valor principal agregado, conforme descrito nos documentos das Ofertas de Recompra. Em 14 e 18 de abril de 2022 a controlada recomprou US\$ 114.129 (equivalente a R\$ 538.210) e US\$ 200 (equivalente a R\$ 935), respectivamente, das notas de mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e em 27 de abril de 2022 recomprou US\$ 485.667 (equivalente a R\$ 2.436.446) das notas do mercado externo com vencimento em junho de 2029.

⁽¹⁾ Valor convertido em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento da transação (US\$ 1,00 para R\$ 4,7158 em 14 de abril de 2022; US\$ 1,00 para R\$ 4,6746 em 18 de abril de 2022; US\$ 1,00 para R\$ 5,0167 em 27 de abril de 2022).

d.2. Debêntures

Em 18 de abril de 2022, a subsidiária Ipiranga liquidou a primeira série da 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, vinculado à emissão de certificados de recebíveis de agronegócio (CRA) no montante de R\$ 660.139.

Em junho de 2022 a controlada IPP efetuou sua décima primeira emissão de debêntures no montante total de R\$ 1.000.000, em série única de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). A liquidação financeira ocorreu em 27 de junho de 2022. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	1.000.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	11 de Junho de 2032
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir do 8º ano
Remuneração:	IPCA + 6,0053%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 104,8% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

e. Financiamentos Externos

Em setembro de 2022, a controlada Iconic Lubrificantes S.A. realizou a emissão de dívida 4131 junto ao banco Rabobank com vencimento em março de 2023. A dívida possui remuneração de EUR + 2,91%.

A controlada Iconic contratou instrumentos de proteção a variações do EUR + 2,91%, trocando os encargos financeiros para 111,6% do DI. A Iconic designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo. Desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

18 Fornecedores (Consolidado)

a. Fornecedores

	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	2.173.986	3.010.912
Fornecedores estrangeiros	1.123.396	445.805
Fornecedores - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	238.984	214.178
	<u>3.536.366</u>	<u>3.670.895</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

b. Fornecedores convênio

	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais - convênio	2.561.417	1.948.033
Fornecedores convênio - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 9.a.2)	-	89.339
Fornecedores estrangeiros - convênio	-	81.687
	<u>2.561.417</u>	<u>2.119.059</u>

Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

19 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	30/09/2022	31/12/2021
Provisões sobre folha de pagamento	189.589	136.938
Participação nos lucros, bônus e prêmios	164.314	132.390
Encargos sociais	59.933	52.739
Outros	2.360	8.036
	<u>416.196</u>	<u>330.103</u>

20 Obrigações tributárias (Consolidado)

	30/09/2022	31/12/2021
ICMS	108.995	146.598
IPI	4.751	4.163
PIS e COFINS	7.324	13.667
ISS	49.493	45.533
Outros	16.947	19.215
	<u>187.510</u>	<u>229.176</u>

21 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001 empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. A Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e/ou prazos de recebimento de aposentadoria.

O saldo de R\$ 18.645 (R\$ 19.831 em 31 de dezembro de 2021) referente ao fundo de reversão será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras em um período de até 102 meses, dependendo da patrocinadora. A quantidade de meses é estimada de acordo com o montante atual que está sendo abatido das contribuições da patrocinadora de maior saldo.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, as controladas contribuíram à Ultraprev com R\$ 11.896 (R\$ 11.221 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021).

O total de empregados vinculados ao plano em 30 de setembro de 2022 atingiu 4.137 participantes ativos e 281 participantes aposentados (4.381 participantes ativos e 254 participantes aposentados em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente a Ultraprev possuía 23 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego (Consolidado)

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios estão baseados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela Administração em 31 de dezembro de 2021.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	166.743	159.867
Indenização do FGTS	38.634	38.617
Gratificação por tempo de serviço	3.210	5.570
Seguro de vida ⁽¹⁾	<u>12.382</u>	<u>11.665</u>
Total	<u>220.969</u>	<u>215.719</u>
Circulante	21.214	21.082
Não circulante	199.755	194.637

⁽¹⁾ Somente aplicável a IPP, Tropical e Iconic.

22 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos de propriedade da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização.

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	56.711
Adições (novos tanques)	158
Gastos com tanques retirados	(6.789)
Despesa com atualização	<u>4.051</u>
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>54.131</u>
Circulante	5.325
Não circulante	48.806

23 Provisões e passivos contingentes (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela Administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 30/09/2022
IRPJ e CSLL (a.1)	552.172	7.154	(692)	-	32.367	591.001
Tributárias (c)	84.155	785	(14.567)	(32.511)	1.242	39.104
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2)	108.761	9.018	(9.339)	(19.757)	6	88.689
Trabalhistas (a.3)	95.460	16.960	(21.132)	(20.325)	371	71.334
Provisão para indenizações (a.4)	-	147.268	-	-	-	147.268
Outras	91.637	4.812	(1.613)	-	861	95.697
Total	932.185	185.997	(47.343)	(72.593)	34.847	1.033.093
Circulante	119.942					21.580
Não circulante	812.243					1.011.513

Algumas das provisões acima apresentadas possuem, no todo ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	30/09/2022	31/12/2021
Tributários	780.820	731.326
Trabalhistas	33.102	48.147
Cíveis e outros	66.191	91.788
	880.113	871.261

a.1 Provisões tributárias

Em 7 de outubro de 2005 as controladas Cia. Ultragas e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 553.102 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 534.830 em 31 de dezembro de 2021). Em 18 de julho de 2014 foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujos julgamentos definitivos encontram-se pendentes. No STJ, o tema foi afetado à sistemática de Recursos Repetitivos (Tema Repetitivo nº 1093) e aguarda julgamento pelo Tribunal Superior.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórios

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 88.689 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 108.761 em 31 de dezembro de 2021).

a.3 Provisões trabalhistas

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 71.335 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 95.460 em 31 de dezembro de 2021) para fazer face a processos de cunho trabalhista que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, questionando principalmente parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

a.4 Provisão para indenizações

Em 1º de abril de 2022 a Ultrapar concluiu a transação de venda da Oxiteno, pela qual ficou acordado que a antiga acionista, Ultrapar, é responsável, conforme os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, por perdas resultantes de demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes do fechamento da transação. O montante de R\$ 136.103 referente a provisão para indenização foi constituído sendo R\$ 86.363 de processos trabalhistas, R\$ 17.575 processos cíveis e R\$ 32.165 processos tributários que poderão vir a ser ressarcidos à Indorama, em caso de materialização de referidas perdas.

Em 1º de agosto de 2022 a Ultrapar concluiu a transação de venda da Extrafarma, pela qual ficou acordado que a antiga acionista, controlada IPP, é responsável, conforme os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, por perdas resultantes de demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes do fechamento da transação. O montante de R\$ 11.165 referente a provisão para indenização foi constituído, sendo R\$ 5.903 de processos trabalhistas, R\$ 472 de processos cíveis e R\$ 4.790 de processos tributários que poderão vir a ser ressarcidos à Pague Menos, em caso de materialização de referidas perdas.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseados na opinião de seus assessores legais externos e, com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é de R\$ 3.568.221 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 3.310.603 em 31 de dezembro de 2021).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.563.075 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 2.292.465 em 31 de dezembro de 2021), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 187.746 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 178.422 em 31 de dezembro de 2021).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 1.402.066 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 1.303.383 em 31 de dezembro de 2021). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 187.851 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 209.611 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 618 (R\$ 15.532 em 31 de dezembro de 2021) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 177.253 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 106.590 em 31 de dezembro de 2021); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 193.981 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 174.039 em 31 de dezembro de 2021); de diferenças de estoque no valor de R\$ 354.862 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 295.163 em 31 de dezembro de 2021); e de cobrança do adicional de 2%, sobre produtos considerados não essenciais (etanol hidratado) no valor de R\$ 239.610 (R\$ 219.218 em 31 de dezembro de 2021).

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 689.270 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 578.097 em 31 de dezembro de 2021) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu em 2017 uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrente da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 229.345 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 218.589 em 31 de dezembro de 2021), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórios

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 750.653 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 771.695 em 31 de dezembro de 2021), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultraz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 35.278 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 34.162 em 31 de dezembro de 2021). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 A controlada Cia. Ultraz possui processos totalizando o valor de R\$ 239.511 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 233.426 em 31 de dezembro de 2021) movidos por revendedores que visam a declaração de nulidade e a rescisão dos contratos de distribuição, além de indenizações por perdas e danos.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 254.493 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 246.443 em 31 de dezembro de 2021).

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridos antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 19.651 (R\$ 19.724 em 31 de dezembro de 2021) estão refletidas na consolidação destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 100.548 em 30 de setembro de 2022 (R\$ 101.267 em 31 de dezembro de 2021). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

O valor da provisão de responsabilidade da Chevron no montante de R\$ 19.651, refere-se a: i) R\$ 16.967 de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; (ii) R\$ 2.392 de processos trabalhistas e (iii) R\$ 292 de processos cíveis, regulatórios e ambientais.

24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos.

Em 24 de fevereiro de 2021, 11 de agosto de 2021, 23 de fevereiro de 2022 e 03 de agosto de 2022, o Conselho de Administração confirmou a emissão de, respectivamente 70.939, 31.032, 45.925 e 21.472 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014.

Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos com fatos geradores anteriores a 31 de janeiro de 2014, 612.876 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas. Em 30 de setembro de 2022, permanecem retidas 3.435.480 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida em que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, sendo esse o número máximo de ações que podem ser emitidas futuramente, totalizando R\$ 40.298 (R\$ 51.296 em 31 de dezembro de 2021).

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.173.080 (1.115.107.683 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de setembro de 2022 era de R\$ 11,73 (R\$ 14,54 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de setembro de 2022 estavam em circulação no exterior 54.162.561 ações ordinárias na forma de ADRs (50.374.275 ações em 31 de dezembro de 2021).

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 9.c). Em 30 de setembro de 2022, o saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto era de 4.687.287 ações ordinárias (3.178.383 em 31 de dezembro de 2021).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de setembro de 2022 o saldo era de R\$ 489.039 (R\$ 488.425 em 31 de dezembro de 2021) e eram mantidas livres em tesouraria pela Sociedade 21.475.665 ações ordinárias (23.756.393 em 31 de dezembro de 2021) adquiridas ao custo médio de R\$ 22,77.

	30/09/2022
Saldo livre de ações em tesouraria	21.475.665
Saldo de ações em tesouraria gravadas em usufruto (vide nota explicativa nº 25.b)	4.687.287
Saldo total de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2022	26.162.952

d. Destinação do resultado do período

Em 11 de maio de 2022, a Assembleia Geral Ordinária aprovou, nos termos do art. 28, “k”, e do art. 54, § 2.º, do Estatuto Social, a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio (os “JCP”), no montante bruto de R\$ 450.000, correspondentes a R\$ 0,41247 por ação, já excluídas as ações em tesouraria. O montante total, líquido dos tributos retidos na fonte, será imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2022.

O pagamento ocorreu a partir do dia 10 de agosto de 2022, sem remuneração ou atualização monetária, na proporção da participação de cada acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que já sejam comprovadamente imunes ou isentos, cabendo a cada acionista o valor líquido de R\$ 0,35060 por ação.

26 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	30/09/2022	30/09/2021
		Reapresentado
Receita bruta de vendas:		
Mercadorias	110.053.796	80.664.085
Prestação de serviços e outros	919.573	757.670
Devoluções e abatimentos	(706.554)	(976.616)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 12)	(333.281)	(199.757)
Receita diferida	330	16.238
	109.933.864	80.261.620
Impostos sobre vendas	(2.256.464)	(2.433.121)
Receita líquida	107.677.400	77.828.499

27 Resultados por natureza

A Sociedade apresenta os resultados por natureza na demonstração dos resultados consolidados por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
				Reapresentado
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	-	-	(101.973.438)	(73.989.567)
Gastos com pessoal	(155.043)	(118.532)	(1.251.965)	(1.122.512)
Frete e armazenagens	-	-	(906.939)	(668.794)
Obrigação de descarbonização ⁽¹⁾	-	-	(497.077)	(111.220)
Serviços prestados por terceiros	(60.289)	(80.646)	(311.022)	(289.022)
Depreciação e amortização	(1.390)	(6.046)	(550.361)	(483.572)
Amortização de ativos de direito de uso	(2.746)	(4.501)	(210.497)	(192.712)
Propaganda e marketing	-	(16)	(57.480)	(64.519)
Créditos fiscais extemporâneos ⁽²⁾	-	-	34.247	170.943
Outras despesas, líquidas	(28.106)	(16.808)	(152.568)	27.679
CSC/Holding	228.305	207.661	-	-
Total	(19.269)	(18.888)	(105.877.100)	(76.723.296)
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(102.769.780)	(74.453.769)
Despesas com vendas e comerciais	-	-	(1.558.203)	(1.364.170)
Despesas gerais e administrativas	(17.508)	(19.840)	(1.135.042)	(983.080)
Outros resultados operacionais, líquidos	(1.761)	952	(414.075)	77.723
Total	(19.269)	(18.888)	(105.877.100)	(76.723.296)

⁽¹⁾ Refere-se a obrigação adotada pela RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor de gás e petróleo, os valores estão apresentados na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos.

⁽²⁾ Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS registrados em 2021 e 2022. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União, o STF se pronunciou definitivamente sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para os processos ajuizados após 15 de março de 2017. Certas controladas possuem créditos oriundos de decisões favoráveis sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela Administração e registrados em resultado na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos.

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. No acumulado até 30 de setembro de 2022 o resultado foi um ganho de R\$ 129.809 (ganho de R\$ 57.893 em 30 de setembro de 2021 - reapresentado).

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
				Reapresentado
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	160.346	23.122	295.842	63.193
Juros de clientes	-	-	96.822	80.025
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	7.577	32.490	7.577	32.490
Juros Selic sobre créditos de PIS/COFINS	-	-	33.487	128.330
Atualização de provisões e outras receitas	15.974	188	33.723	6.645
	<u>183.897</u>	<u>55.800</u>	<u>467.451</u>	<u>310.683</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(160.564)	(61.170)	(1.058.104)	(484.150)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(1.115)	(2.425)	(92.269)	(99.116)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(12.227)	(1.591)	(96.890)	(54.752)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos financeiros derivativos	54.600	-	(451.859)	(203.151)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(16.553)	(16.416)
	<u>(119.306)</u>	<u>(65.186)</u>	<u>(1.715.675)</u>	<u>(857.585)</u>
Total	<u>64.591</u>	<u>(9.386)</u>	<u>(1.248.224)</u>	<u>(546.902)</u>

30 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 9.c e 24, respectivamente.

	01/07/2022 a 30/09/2022			01/01/2022 a 30/09/2022			01/07/2021 a 30/09/2021 - Reapresentado (ii)			01/01/2021 a 30/09/2021 - Reapresentado (ii)		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas ⁽ⁱ⁾	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas	Operações descontinuadas ⁽ⁱ⁾	Total
Resultado básico por ação												
Resultado líquido da Sociedade	170.839	(97.738)	73.101	668.714	309.506	978.220	156.434	212.769	369.203	453.710	16.576	470.286
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.091.254	1.091.254	1.091.254	1.091.254	1.091.254	1.091.254	1.090.340	1.090.340	1.090.340	1.090.340	1.090.340	1.090.340
Lucro básico por ação - R\$	0,1566	(0,0896)	0,0670	0,6128	0,2836	0,8964	0,1435	0,1951	0,3386	0,4161	0,0152	0,4313
Resultado diluído por ação												
Resultado líquido da Sociedade	170.839	(97.738)	73.101	668.714	309.506	978.220	156.434	212.769	369.203	453.710	16.576	470.286
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.097.331	1.097.331	1.097.331	1.097.331	1.097.331	1.097.331	1.096.801	1.096.801	1.096.801	1.096.801	1.096.801	1.096.801
Lucro diluído por ação - R\$	0,1557	(0,0891)	0,0666	0,6094	0,2821	0,8915	0,1426	0,1940	0,3366	0,4137	0,0151	0,4288
Média ponderada das ações (em milhares)												
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação			1.091.254			1.091.254			1.090.340			1.090.340
Efeito da diluição												
Bônus de subscrição			3.463			3.463			3.559			3.559
Plano de ações			2.614			2.614			2.902			2.902
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação			1.097.331			1.097.331			1.096.801			1.096.801

⁽ⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.1.

⁽ⁱⁱ⁾ Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 4.c.2.

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.406.813 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 24.

31 Informações por segmento

A Sociedade possui três segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis e armazenagem. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo o território brasileiro. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos de operações continuadas da Sociedade podem ser assim demonstradas. Para informações sobre as operações descontinuadas vide nota explicativa nº 4.c.2:

30/09/2022							
Resultado	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros ^{(1) (2)}	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas de serviços	98.375.120	8.650.959	638.755	158.621	107.823.455	(146.055)	107.677.400
Transações com terceiros	98.372.217	8.649.057	498.863	157.263	107.677.400	-	107.677.400
Transações entre segmentos	2.903	1.902	139.892	1.358	146.055	(146.055)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(95.025.764)	(7.479.019)	(252.333)	(136.126)	(102.893.242)	123.462	(102.769.780)
Lucro bruto	3.349.356	1.171.940	386.422	22.495	4.930.213	(22.593)	4.907.620
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas e comerciais	(1.131.747)	(414.237)	(9.076)	(3.143)	(1.558.203)	-	(1.558.203)
Gerais e administrativas	(657.091)	(178.218)	(95.181)	(227.145)	(1.157.635)	22.593	(1.135.042)
Resultado na venda de bens	128.186	(926)	(166)	2.715	129.809	-	129.809
Outros resultados operacionais, líquidos	(416.344)	8.220	(1.699)	(4.252)	(414.075)	-	(414.075)
Lucro (prejuízo) operacional	1.272.360	586.779	280.300	(209.330)	1.930.109	-	1.930.109
Equivalência patrimonial	(10.408)	22	(1.369)	21.838	10.083	-	10.083
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	1.261.952	586.801	278.931	(187.492)	1.940.192	-	1.940.192
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	262.747	176.879	70.684	35.188	545.498	-	545.498
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	332.196	1.085	-	-	333.281	-	333.281
Amortização de ativos de direito de uso	135.341	41.789	30.230	3.137	210.497	-	210.497
Total de depreciação e amortização	730.284	219.753	100.914	38.325	1.089.276	-	1.089.276

30/09/2021 - Reapresentado

Resultado	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros ^{(1) (2)}	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas de serviços	70.322.561	7.062.956	525.702	77.471	77.988.690	(160.191)	77.828.499
Transações com terceiros	70.322.506	7.059.476	384.220	62.297	77.828.499	-	77.828.499
Transações entre segmentos	55	3.480	141.482	15.174	160.191	(160.191)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(68.106.819)	(6.279.996)	(207.753)	54	(74.594.514)	140.745	(74.453.769)
Lucro bruto	2.215.742	782.960	317.949	77.525	3.394.176	(19.446)	3.374.730
Com vendas e comerciais	(981.457)	(329.233)	(6.230)	(47.250)	(1.364.170)	-	(1.364.170)
Gerais e administrativas	(544.698)	(150.701)	(93.938)	(213.189)	(1.002.526)	19.446	(983.080)
Resultado na venda de bens	55.416	2.533	2	(58)	57.893	-	57.893
Outros resultados operacionais, líquidos	59.099	10.275	4.038	4.311	77.723	-	77.723
Lucro operacional	804.102	315.834	221.821	(178.661)	1.163.096	-	1.163.096
Equivalência patrimonial	(1.269)	40	683	(21.610)	(22.156)	-	(22.156)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	802.833	315.874	222.504	(200.271)	1.140.940	-	1.140.940
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	244.045	156.079	55.902	27.546	483.572	-	483.572
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	198.572	1.185	-	-	199.757	-	199.757
Amortização de ativos de direito de uso	137.437	34.113	16.390	4.772	192.712	-	192.712
Total de depreciação e amortização	580.054	191.377	72.292	32.318	876.041	-	876.041

⁽¹⁾ Inclui na linha “Gerais e administrativas e receita de venda de bens” o montante de R\$ 118.760 em 2022 (R\$ 100.184 em 2021 - reapresentado) de despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo a Presidência, Diretoria Financeira, Diretoria Jurídica, CA e CF, Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria e Diretoria de Sustentabilidade.

⁽²⁾ A coluna “Outros” é formada pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social dos segmentos, pela controladora Ultrapar e pelas controladas Abastece aí, Millenium, Serma, Imaven Imóveis Ltda. (“Imaven”), Ultrapar International, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial dos empreendimentos controlados em conjunto ConectCar (até 30 de junho de 2021) e RPR.

30/09/2022							
Fluxos de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros ^{(1) (2)}	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	339.591	228.143	117.537	3.596	688.867	-	688.867
Juros capitalizados e demais itens inclusos no ativo imobilizado e provisão de ARO	21.680	-	-	-	21.680	-	21.680
Aquisição de intangível	111.377	21.620	4.673	24.423	162.093	-	162.093
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	512.262	-	-	-	512.262	-	512.262
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	542.453	-	-	-	542.453	-	542.453

30/09/2021 - Reapresentado							
Fluxos de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros ^{(1) (2)}	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	210.197	268.300	234.035	2.340	714.872	-	714.872
Juros capitalizados e demais itens inclusos no ativo imobilizado e provisão de ARO	4.670	-	1.435	-	6.105	-	6.105
Aquisição de intangível	78.513	17.231	8.710	25.316	129.770	-	129.770
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	222.623	-	-	-	222.623	-	222.623
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	121.908	-	-	-	121.908	-	121.908

30/09/2022							
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (2)	Subtotal Segmentos	Operações descontinuadas	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	24.044.649	3.680.459	2.974.494	3.367.564	34.067.166	-	34.067.166

31/12/2021							
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Ultracargo	Outros (1) (2)	Subtotal Segmentos	Operações descontinuadas	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	21.050.793	3.233.736	2.675.453	1.049.458	28.009.440	11.000.917	39.010.357

⁽³⁾ A coluna “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Abastece aí, Millenium, Serma, Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos e UVC - Fundo de investimento.

b. Informações relativas à área geográfica

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, bem como por meio de exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
		Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	106.519.213	77.727.931
Europa	377.856	15.868
Singapura	359.250	-
Estados Unidos e Canadá	356.642	25.999
Outros países da América Latina	58.377	52.521
Outros	6.062	6.180
Total	<u>107.677.400</u>	<u>77.828.499</u>

32 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo.

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos Financeiros (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO e que se reúne trimestralmente. O acompanhamento mensal dos parâmetros da Política é responsabilidade do CFO.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao Conselho de Administração da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o Conselho de Administração na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o Conselho de Administração na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao Conselho de Administração qualquer descumprimento da Política.

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	398.098	122.242
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	3.052	1.324
Demais contas a receber	810.990	-
Outros ativos de controladas no exterior	177.676	186.548
Exposição ativa de controladas mantidas para venda	-	3.839.194
	<u>1.389.816</u>	<u>4.149.308</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira brutos de custos de transação e deságios	(5.075.410)	(8.860.833)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(1.115.067)	(649.107)
Exposição passiva de controladas mantidas para venda	-	(884.402)
	<u>(6.190.478)</u>	<u>(10.394.342)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	4.367.236	2.933.572
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial em controladas mantidas para venda	-	1.786.471
	<u>(433.425)</u>	<u>(1.524.991)</u>
Posição líquida passiva – total		
Posição líquida (passiva) ativa – efeito no resultado	(433.425)	(498.604)
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido em controladas mantidas para venda	-	(1.026.387)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para o cenário base foram utilizadas as curvas de mercado futuras em 30 de setembro de 2022 sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado, impactados pelo dólar médio de R\$ 5,4720 em 30 de setembro de 2022.

A tabela abaixo demonstra os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 517.668 em moeda estrangeira em 30 de setembro de 2022:

	Risco	Cenário Base
Efeito no resultado	Depreciação do Real	(13.080)
	Efeito	(13.080)
Efeito no resultado	Apreciação do Real	13.080
	Efeito	13.080

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 5. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	30/09/2022	31/12/2021
DI			
Equivalentes de caixa	5.a	4.018.600	1.943.164
Aplicações financeiras	5.b	1.049.779	1.607.608
Financiamentos e debêntures	17	(3.190.696)	(4.855.517)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	32.g	(1.793.032)	(2.283.625)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	32.g	(3.428.601)	(2.364.583)
Posição líquida passiva em DI		<u>(3.343.950)</u>	<u>(5.952.953)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	17	(60)	(326)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(60)</u>	<u>(326)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial – LIBOR	32.g	-	279.047
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	17	-	(275.936)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>-</u>	<u>3.111</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(3.344.010)</u>	<u>(5.950.168)</u>

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes, em 30 de setembro de 2022 a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR e SELIC).

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes:

<u>Exposição a juros flutuantes</u>	Risco	30/09/2022 Cenário Base
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	23.776
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(44.791)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção de dívidas	Elevação DI	(262.181)
Despesa incremental		<u>(283.196)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(4)
Despesa incremental		<u>(4)</u>

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 5) e contas a receber (vide nota explicativa nº 6).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da potencial incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	30/09/2022	31/12/2021
AAA	5.251.756	3.606.000
AA	987.636	740.879
A	2.837	116.594
Outros	76.102	-
Total	6.318.331	4.463.473

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação às contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	30/09/2022	31/12/2021
Ipiranga	391.245	422.542
Ultragaz	128.422	135.565
Ultracargo	2.475	1.526
Total	522.142	559.633

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito, resultantes das adições dos saldos de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes:

	30/09/2022			31/12/2021		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas estimadas	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas estimadas
A vencer	0,5%	4.551.190	21.653	0,6%	3.901.536	23.476
< 30 dias	6,7%	54.648	3.644	7,3%	109.284	8.005
31 a 60 dias	9,1%	35.587	3.235	20,4%	57.545	11.746
61 a 90 dias	12,3%	22.655	2.779	23,0%	39.177	9.016
91 a 180 dias	27,2%	91.225	24.776	49,1%	50.588	24.818
> 180 dias	53,4%	873.389	466.055	57,5%	838.532	482.572
		5.628.694	522.142		4.996.662	559.633

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	30/09/2022	31/12/2021
Brasil	521.983	559.532
Estados Unidos e Canadá	33	3
Outros Países da América Latina	-	15
Europa	86	66
Outros	40	17
	522.142	559.633

Para mais informações sobre a provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 6.a e 6.b.

d.4 Risco de preços

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de *commodities*, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina, entre outros. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional, utilizando-se de contratos derivativos de *heating oil* (diesel) e *RBOB* (gasolina) negociados em bolsa.

A tabela abaixo demonstra as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de *commodities* em aberto em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Derivativo	Contrato			Nocional (m³)		Nocional (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)	
	Posição	Mercadoria	Vencimento	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Termo de Mercadorias	Vendido	<i>Heating Oil</i>	out-22	210.340	167.255	180.931	103.148	6.323	2.269
Termo de Mercadorias	Vendido	RBOB	out-22	67.888	29.413	43.660	17.112	6.153	(967)
								12.476	1.302

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamentos totaliza R\$ 3.943.836 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 17). Em 30 de setembro de 2022 a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 5.890.695 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 5).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamentos a pagar em 30 de setembro de 2022 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	15.426.293	3.943.836	3.031.703	3.378.812	5.071.942
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	2.000.278	566.874	526.125	512.677	394.602
Fornecedores	6.097.783	6.097.783	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.326.260	305.516	524.773	371.625	1.124.346

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 30 de setembro de 2022

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 30 de setembro de 2022. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 5) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 17). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza o saldo bruto da posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas. Em 30 de setembro de 2022 a Sociedade e suas controladas possuía provisão de IR para instrumentos derivativos de R\$ 109.143 (R\$ 87.606 em 31 de dezembro de 2021):

Derivativos designados para *hedge accounting*

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nacional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Swap cambial	Financiamentos	USD + 4,65%	104,87%	set-23	32.h.1	USD 125.000	USD 125.000	155.383	212.510
Swap cambial	Financiamentos	EUR + 3,42%	111,6%	mar/23	32.h.1	EUR 9.709	-	1.236	-
Swap cambial	Financiamentos	USD + LIBOR-3M + 1,1368%	104,75%	-	32.h.1	-	USD 50.000	-	109.332
Swap de juros	Financiamentos	IPCA + 5,03%	102,87%	jun-32	32.h.1	R\$ 3.226.054	R\$ 2.226.054	172.591	166.468
Swap de juros	Financiamentos	6,47%	99,94%	nov-24	32.h.1	R\$ 90.000	R\$ 90.000	(10.508)	(9.044)
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	out-22	32.h.1	USD 73.500	USD 120.260	12.476	1.302
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	out-22	32.h.1	USD 102.865	USD 68.361	(8.117)	5.702
								323.061	486.270

Derivativos não designados para *hedge accounting*

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Swap cambial	Financiamentos	USD + 0,00%	52,5% CDI	jun-29	USD 300.000	-	249.335	-
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	mar-23	USD 745.659	USD 681.846	44.175	3.463
Swap de juros	Financiamentos	5,25%	CDI - 1,36%	jun-29	USD 300.000	USD 300.000	(277.200)	(126.752)
							16.310	(123.289)

¹ Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam ao longo de toda a duração do *hedge* a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor nominal – US\$	125.000	175.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(104.943)	21.812
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	33.614	47.064
Resultado financeiro da dívida – R\$	14.620	(105.059)
Custo médio efetivo - % do DI	105	105
Valor nominal – EUR	9.709	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	1.236	-
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(237)	-
Custo médio efetivo - % do DI	112	-
Para maiores informações, vide nota explicativa nº 17.b.1.		

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor nominal – R\$	3.226.054	2.226.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(78.722)	(17.922)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(3.165)	166.374
Resultado financeiro da dívida – R\$	(218.196)	(245.710)
Custo médio efetivo - % do DI	106,7	102,0

Em milhares, exceto % do DI	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valor nominal – R\$	90.000	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(3.083)	(10.088)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(956)	11.756
Resultado financeiro da dívida – R\$	1.257	(5.914)
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	99,9

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e commodities designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo e estão concentrados na controlada IPP. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A IPP realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge accounting*, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

Em milhares	30/09/2022	31/12/2021
Valor nocional – US\$	176.365	188.621
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(399.190)	(129.670)
Ajuste de valor justo do estoque – R\$	48.898	(4.352)

Para mais informações, vide nota explicativa nº 17.

h.2 Hedge de fluxo de caixa

Até 31 de março de 2022 a Sociedade e suas controladas tinham designado como *hedge* de fluxo de caixa para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”.

A partir de 1 de abril de 2022, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, deixaram de impactar a Sociedade e suas controladas, devido à venda da Oxitenó (totalizavam US\$ 386.787 em 31 de dezembro de 2021), sendo reconhecida uma perda realizada no resultado de R\$ 506.375 em 30 de setembro de 2022 (ganho não realizado de R\$ 107.807 em 30 de setembro de 2021), líquido de IRPJ e CSLL diferidos. Os impactos e saldos do *hedge* de fluxo de caixa estavam contabilizados na Oxitenó, e apresentados como “Mantidos para venda” e “Operação descontinuada”.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

Até 31 de março de 2022 a Sociedade e suas controladas tinham designado como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizadas para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

A partir de 1º de abril de 2022 o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, deixaram de impactar a Sociedade e suas controladas, devido à venda da Oxitenó (totalizavam US\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2021), sendo reconhecido um ganho em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 52.837 em 30 de setembro de 2022 (perda de R\$ 12.195 em 30 de setembro de 2021), líquido de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido. Os impactos e saldos do *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior estavam contabilizados na Oxitenó, e apresentados como “Mantidos para venda” e “Operação descontinuada”.

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	30/09/2022		30/09/2021	31/12/2021
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) e de commodities	(571.739)	-	-	-
b - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(302.865)	-	-	-
c - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(490.256)	-	-	(617.469)
Total	(1.364.860)	-	-	(617.469)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para mais informações vide nota explicativa nº 17) e os impactos de operações continuadas e descontinuadas.

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			30/09/2022		31/12/2021	
	Categoria	Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Mens. pelo custo amortizado	5.a	214.855	214.855	334.547	334.547
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	5.a	4.018.600	4.018.600	1.943.164	1.943.164
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. pelo custo amortizado	5.a	393.197	393.197	2.363	2.363
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	1.049.779	1.049.779	1.607.608	1.607.608
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	5.b	-	-	103.239	103.239
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	641.900	641.900	472.552	472.552
Contas a receber de clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.a	4.420.100	4.396.317	3.813.350	3.367.012
Financiamentos a clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.b	1.208.594	1.206.791	1.183.312	1.176.582
Demais contas a receber	Mens. pelo custo amortizado	6.c	1.114.072	1.114.072	-	-
Total			13.061.097	13.035.511	9.460.135	9.007.067
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17	668.728	668.491	1.011.374	1.011.374
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	17	4.330.371	4.194.341	8.082.323	8.380.088
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	17	3.190.696	3.215.272	4.599.525	4.529.439
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17	3.582.968	3.582.969	2.487.244	2.487.244
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17	411.670	411.670	197.177	197.177
Fornecedores	Mens. pelo custo amortizado	18	6.097.783	6.049.422	5.789.954	5.727.724
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	40.298	40.298	51.296	51.296
Total			18.322.514	18.162.463	22.218.893	22.384.342

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 17).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 5.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 17); (iii) garantias de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 17), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	30/09/2022	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Mens. pelo custo amortizado	5.a	214.855	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	5.a	4.018.600	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. pelo custo amortizado	5.a	393.197	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	1.049.779	1.049.779	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	5.b	641.900	-	641.900
Contas a receber de clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.a	4.396.317	-	-
Financiamentos a clientes	Mens. pelo custo amortizado	6.b	1.206.791	-	-
Demais contas a receber	Mens. pelo custo amortizado	6.c	1.114.072	-	-
Total			13.035.511		
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	668.491	-	668.491
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	17.a	4.194.341	-	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	17.a	3.215.272	-	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	3.582.969	-	3.582.969
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	17.a	411.670	-	411.670
Fornecedores	Mens. pelo custo amortizado	18	6.049.422	-	-
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	40.298	-	40.298
Total			18.162.463		

(1) Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial a Administração adotou como cenário base as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano cotados na B3 em 30 de setembro de 2022. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 8,13 (R\$ 10,25 em 31 de dezembro de 2021) no cenário base.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2021, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

30/09/2022	<u>Risco</u>	<u>Cenário Base</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos		
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	860.627
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(860.627)
(1)+(2)	Efeito líquido no Resultado	-
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos		
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	38.052
(4) Margem bruta da Ipiranga		(38.052)
(3)+(4)	Efeito líquido no Resultado	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 30 de setembro de 2022, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 30 de setembro de 2022 para os vencimentos de cada Swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário base.

Com base nos cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

30/09/2022	<u>Risco</u>	<u>Cenário Base</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA		
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	3.837.793
(2) Dívida a taxa fixa		(3.837.793)
(1) + (2)	Efeito líquido no Resultado	-

33 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Ultracargo Logística possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	465.403 ton.	2031
Itaqui	1.468.105 m ³	2049

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de setembro de 2022, essas tarifas eram de R\$ 8,71 e R\$ 3,05 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,94 por m³ para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 30 de setembro de 2022 não existiam pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

b. Arrendamento de áreas portuárias

Em 9 de abril de 2021 a Sociedade, por meio de sua controlada Ultracargo Logística, venceu o leilão para arrendamento da área IQI13 no porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, para armazenagem e movimentação de grãos líquidos, especialmente combustíveis. Na área arrendada será construído um novo terminal com capacidade estática mínima de 79 mil m³. O arrendamento terá duração mínima de 20 anos de acordo com o aviso do leilão. Para essa capacidade, estima-se investimentos de aproximadamente R\$ 310 milhões, incluindo o valor relativo à outorga, a serem desembolsados em até seis anos após assinatura do contrato.

34 Eventos subsequentes

a. Assinatura de contrato para aquisição da Stella pela Ultragaz

Em 12 de setembro de 2022 a Ultrapar Participações S.A assinou contrato para a aquisição da totalidade de quotas da Stella GD Intermediação de Geração Distribuída de Energia Ltda. (“Stella”) cujo fechamento ocorreu em 01 de outubro de 2022. O valor total da empresa foi de um montante mínimo de R\$ 63.000, com pagamento inicial de R\$ 7.560. O valor remanescente da aquisição proporcional à parcela detida pelos vendedores será quitado em 2027, sujeito principalmente a condições de performance da empresa adquirida. A Stella fazia parte do portfólio da UVC (fundo de Corporate Venture Capital da Ultrapar) desde 2021.